

ESTADO DO CEARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**  
Gabinete do Prefeito

---

**LEI MUNICIPAL Nº 0239/2009, DE 10 DE SETEMBRO DE 2009.**

**DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO  
MUNICÍPIO DE IPAPORANGA PARA O  
QUADRIÊNIO 2010-2013 E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IPAPORANGA – ESTADO DO CEARÁ**

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Ipaporanga aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

**CAPITULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** O Plano Plurianual do Município de Ipaporanga/CE para o quadriênio 2010-2013, constituído pelos anexos integrantes desta Lei Municipal, elaborados de conformidade com o inciso I e § 1º do art. 165 da Constituição Federal/88, fixa para o período, as despesas a ele vinculadas em **R\$ 105.776.500,00** (cento e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil e quinhentos reais).

**§ 1º.** As despesas do Plano Plurianual para o quadriênio de 2010-2013, fixadas no caput deste artigo e demonstradas nos anexos integrantes desta Lei Municipal, ficam distribuídas da seguinte forma:

|                                |       |     |               |
|--------------------------------|-------|-----|---------------|
| I. Exercício Financeiro 2010   | ..... | R\$ | 22.710.750,00 |
| II. Exercício Financeiro 2011  | ..... | R\$ | 25.370.200,00 |
| III. Exercício Financeiro 2012 | ..... | R\$ | 27.095.550,00 |
| IV. Exercício Financeiro 2013  | ..... | R\$ | 30.600.000,00 |

**§ 2º.** Ocorrendo mudança de moeda, extinção do indexador, modificação da moeda nacional, mudança na política salarial, corte de casas decimais e qualquer outra ocorrência no Sistema Monetário Nacional, fica o Poder Executivo Municipal, através de Decreto, autorizado a adequar as disposições desta Lei de forma que seus valores sejam imediatamente revistos, atentando para a perfeita atualização e, principalmente, para que o equilíbrio do sistema orçamentário e financeiro sejam conservados e estes não sofram prejuízo manifesto capaz de inviabilizar, temporária ou definitivamente o atendimento dos objetivos programados e a continuidade do funcionamento da máquina administrativa.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**  
Gabinete do Prefeito

---

**Art. 2º.** Consideram-se, para os efeitos deste Plano Plurianual os seguintes conceitos:

- I. **PROGRAMA**, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos planejados;
- II. **AÇÃO**, o instrumento de programação constituído de operações para alcançar o objetivo de um programa de governo, sendo mensurada por indicadores estabelecidos e que articula uma atividades ou um projeto que concorrem para um objetivo visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda das sociedade.
- III. **ATIVIDADE**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa/ação, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- IV. **PROJETO**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa/ação, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- V. **META**, o resultado final pretendido para a ação e os intermediários, obtidos ao longo do período de planejamento/execução, como um cronograma físico expresso na unidade de medida indicada;
- VI. **PRODUTO OU OBJETO**, o resultado da realização da ação;
- VII. **OPERAÇÃO ESPECIAL**, despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços sendo uma ação típica ao detalhamento da função "ENCARGOS ESPECIAIS";

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As atividades e projetos poderão ser desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades para o respectivo título.

§ 3º. Cada atividade e projeto identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária anual por programas, atividades ou projetos e respectivos subtítulos.

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 3º.** O Prefeito Municipal, através de ato circunstanciado, fica autorizado a nomear ou renomear qualquer programa ou ação de trabalho como PRIORIDADE ESPECIAL, nas seguintes hipóteses:

- I. quando as características dos programas coincidirem com os objetivos para saneamento de situações emergências;
- II. quando o Governo da União e/ou Estado já tenham depositados parcela respectiva de recursos financeiros e o Município participe com recursos até 50% (cinquenta por cento) do custo final do programa de trabalho;
- III. quando o município venha a participar de programa de trabalho com outros Municípios vizinhos e estes tenham depositado volume superior a 50% (cinquenta por cento) da parcela da obrigação individual, considerando que o programa a ser executado conste dos respectivos planos plurianuais de investimentos, ou que o programa tenha sua execução total no primeiro exercício do Plano Plurianual dos Governos conveniados: e,
- IV. quando houver receita de capital derivada de alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público destinada, especificamente, a financiamento de despesas de capital prevista neste plano.

**CAPITULO II**  
**DOS OBJETIVOS E METAS**

**Art. 4º.** Os programas, os produtos e/ou objetivos e as metas da ação governamental nas áreas de custeio e de investimento, bem como os recursos necessários a sua execução, estão especificados nos anexos e quadros desta Lei Municipal, constituindo-se parte integrante dela, estampados na programação do Plano Plurianual com a seguinte estrutura:

- I. ANEXO I – Perfil Básico do Município (*conjunto de informações extraídas levantadas pelo Governo do Estado do Ceará através da sua Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, oficialmente divulgadas do site da Internet de domínio virtual [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)*);
- II. ANEXO II – Órgãos de Governo do Sistema de Informações Municipais;
- III. ANEXO III – Estrutura de Unidades Administrativas do Governo Municipal;
- IV. ANEXO IV – Funções de Governo por Diretrizes Gerais;
- V. ANEXO V – Subfunções de Planejamento Governamental;
- VI. ANEXO VI – Programas de Gestão Governamental;
- VII. ANEXO VII – Ações Finalísticas por Objetivos, Tipo e Natureza de Planejamento;
- VIII. ANEXO VIII – Relação de Produtos Gerenciais;
- IX. ANEXO IX – Relação de Indicadores Gerenciais;

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**  
**Gabinete do Prefeito**

---

- X. ANEXO X – Programação de Fontes de Recursos para Custeio;
- XI. ANEXO XI – Ações Finalísticas por Metas Físicas e Financeiras – Planejamento Geral;
- XII. ANEXO XII – Ações Finalísticas Totalizadas por Órgão de Governo e Unidade Administrativa; e
- XIII. ANEXO XIII – Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais – Previsão.

**Art. 5º.** Os valores financeiros contidos nos anexos desta Lei Municipal para o exercício de **2010** estão orçados a preço de JUNHO/2009, com uma variação progressiva média de 11,7% aa (onze inteiros e sete décimos por cento ao ano).

**Art. 6º.** Fica o Poder Executivo Municipal, no decorrer da vigência deste plano, autorizado a promover revisões para alterações ou ajustes de valores contidos no Plano Plurianual 2010-2013, provocadas por fatos emergentes, sejam regionais, territoriais, isolados e/ou localizados que venham a ocorrer no contexto sócio-econômico, que o obrigue a passar por um processo gradual e indispensável de reestruturação.

**Art. 7º.** A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na LOA.

**CAPITULO III**  
**DAS DISPONIBILIDADES E AJUSTES ANUAIS**

**Art. 8º.** Dependendo da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, devidamente apurados em cada exercício do período, fica o Poder Executivo autorizado a reajustar o Orçamento de Capital, objeto desta Lei, durante o próprio exercício em que decorra a execução orçamentária anual, procedendo, conforme a necessidade, à antecipação, prorrogação, anulação ou mesmo à inclusão de novos investimentos, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A aplicação do disposto neste artigo não exime da obrigação de ajuste concomitante do Orçamento Programa, na forma do que a Lei Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias dispuserem, quanto à antecipação, prorrogação, anulação ou inclusão de investimentos que possam ocorrer durante a execução orçamentária de cada exercício financeiro do período.

**CAPITULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 9º.** As Receitas de Capital para execução deste Plano Plurianual serão formadas pelas receitas classificadas como de capital próprias da Fazenda Municipal, das provenientes das transferências constitucionais e voluntárias, pelos superávits do orçamento corrente, sem prejuízo da obtenção de empréstimos ou financiamentos que se façam necessários e devidamente autorizados, e, das demais fontes enumeradas no parágrafo 2º, artigo 11, da Lei Federal nº 4320/64, de 17 de março de 1964, inclusive convênios, acordos e ajustes, observando-se as disposições da Lei Complementar Nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 10.** As classificações das funções e subfunções de governo nos projetos de leis das propostas orçamentárias anuais obedecerão às disposições estabelecidas pelo Governo Federal a respeito, devendo a classificação programática para atender, especificamente, as conveniências técnicas e administrativas do Governo Municipal e, principalmente, as de interesse local, obedecer ao elenco indicado nesta PPA, estabelecido em Decreto Municipal, absorvendo, precisa e efetivamente, as ações programadas.

**PARÁGRAFO.** Se na vigência deste Plano Plurianual o Governo Federal promover mudança de codificação ou nomenclatura, inclusão ou exclusão de funções e subfunções, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover as adequações que julgar necessário para manutenção do equilíbrio e execução do Plano Plurianual.

**Art. 11.** Esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE IPAPORANGA – ESTADO DO CEARÁ**  
**Em, 10 de setembro de 2009.**

  
**FRANCISCO NILSON MOREIRA,**  
**Prefeito Municipal**

ESTADO DO CEARÁ  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAPORANGA**  
Gabinete do Prefeito

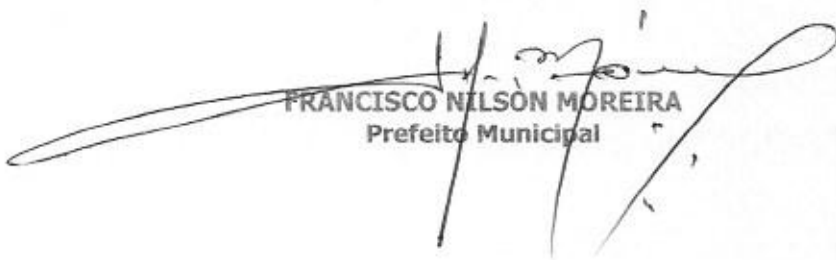
---

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 2009.09.10-1**

O **Prefeito do Município de IPAPORANGA – Estado do Ceará**, Cidadão FRANCISCO NILSON MOREIRA, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições, notadamente as conferidas pelo art. 28, Inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, **RESOLVE publicar mediante afixação** nos locais de amplo acesso do público em geral no âmbito do Município de **IPAPORANGA/CE**, a **LEI MUNICIPAL Nº 0239/2009 DE 10/09/2009**, que **DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE IPAPORANGA PARA O QUADRIÊNIO 2010-2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PUBLIQUE-SE, DIVULGUE-SE, CUMPRA-SE.**

Paço do Poder Executivo Municipal de Ipaporanga – Estado do Ceará  
Em, 10 de setembro de 2009.

  
FRANCISCO NILSON MOREIRA  
Prefeito Municipal